

O TRABALHO PEDAGÓGICO DOS PROFESSORES NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO, ENTRE 1844 E 1910: o caso do atual município de Lavras do Sul – Rio Grande do Sul

Teachers' Pedagogical Work in the Schooling Process (1844–1910): The Case of the
Present-Day Municipality of Lavras do Sul, Rio Grande do Sul

El trabajo pedagógico de los profesores en el proceso de escolarización (1844–1910):
el caso del municipio actual de Lavras do Sul, Rio Grande do Sul

LILIANA SOARES FERREIRA

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: anailferreira@yahoo.com.br.

Resumo: Aborda-se a historicidade do processo de escolarização e do trabalho pedagógico na atual Lavras do Sul, no Rio Grande do Sul, entre 1844 e 1910, durante a implementação de um sistema público local de educação. Pautou-se o estudo pela Análise dos Movimentos dos Sentidos (AMS), fundamento teórico-metodológico de base dialética. As técnicas de produção de dados foram pesquisa bibliográfica e análise documental. Após, deu-se a análise dos dados produzidos e a sistematização ora registrada. Observou-se que, naquela comunidade, a educação pública foi um projeto lento, impactado por decisões político-partidárias, marcado pela sucessiva alteração do quadro de professores, com remanejamentos frequentes, desestabilizando o trabalho pedagógico e os trabalhadores/as.

Palavras-chave: trabalho pedagógico, história da Educação, Lavras do Sul, políticas educacionais.

Abstract: The historicity of the schooling process and pedagogical work in the current Lavras do Sul, in Rio Grande do Sul, between 1844 and 1910, during the implementation of a local public education system, is discussed. The study was guided by the Analysis of Movements of the Senses (AMS), a theoretical-methodological foundation with a dialectical basis. The data production techniques were bibliographic research and document analysis. Afterwards, the data produced was analyzed and systematized. It was observed that, in that community, public education was a slow project, impacted by political-partisan decisions, marked by successive changes in the teaching staff, with frequent relocations, destabilizing pedagogical work and workers.

Keywords: pedagogical work, History of Education, Lavras do Sul, educational policies.

Resumen: Se discute la historicidad del proceso de escolarización y del trabajo pedagógico en la corriente Lavras do Sul, en Rio Grande do Sul, entre 1844 y 1910, durante la implementación de un sistema de educación pública local. El estudio estuvo guiado por el Análisis de los Movimientos de los Sentidos (AMS), fundamento teórico-metodológico con base dialéctica. Las técnicas de producción de datos fueron la investigación bibliográfica y el análisis de documentos. Posteriormente, los datos producidos fueron analizados y sistematizados. Se observó que, en esa comunidad, la educación pública era un proyecto lento, impactado por decisiones político-partidistas, marcado por sucesivos cambios en el cuerpo docente, con frecuentes deslocalizaciones, desestabilizando el trabajo pedagógico y de los trabajadores.

Palabras clave: trabajo pedagógico, historia de la Educación, Lavras do Sul, políticas educativas.

INTRODUÇÃO

Foi durante o período imperial que se instituiu uma rede de escolas para alfabetização no Rio Grande do Sul. Lentamente, década após década, os governantes, entre poucos avanços e muitos retrocessos, determinaram a criação de escolas e legalizaram a contratação de professores, por meio de concursos. Assim, cada localidade vivenciou um processo específico. Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre, General Câmara, Taquara, Rio Pardo, São Sebastião do Caí, Cachoeira do Sul são lugares em que o processo foi mais rápido, talvez por influência e investimento dos políticos locais, pela extensão do território e/ou decorrente dos impostos pagos. Em outros locais, os cidadãos demoraram a contar com escolas e professores para seus filhos (Ferreira, 2020b; Schneider, 1993).

Lavras do Sul estava entre os locais cujo investimento na Educação foi demasiadamente lento. O território era habitado por uma população que registrava, na liderança da produção econômica, pecuaristas, trabalhadores nas minas de exploração de ouro e pequenos comerciantes, e estes não contavam com a educação escolar como um investimento para o futuro de seus familiares, posto que, para sua produção, entendiam desnecessário saber ler e escrever.

Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é sistematizar uma análise de dados acerca do processo de escolarização e, neste, o nº do trabalho pedagógico dos professores, em Lavras do Sul¹, no período entre 1844 e 1910, considerando a historicidade daquela localidade como contexto². São sessenta e seis anos, abrangendo o período imperial até os primeiros anos do governo republicano brasileiro, abarcando desde a primeira aula implementada na localidade até o fortalecimento de um sistema público de educação. Entende-se que a análise do processo de escolarização, associada à do trabalho pedagógico, considerando “[...] espaços e tempos escolares e sociais (e aos métodos pedagógicos)”, permite refletir sobre a historicidade, “[...] sua produção, mudanças e permanências, contribuindo para descobrirmos infinitas possibilidades de viver e, dentro da vida, formas infinitas de fazer a e do fazer-se da escola e de seus sujeitos” (Faria Filho & Vidal, 2000, p. 21).

Cabe esclarecer que se pressupõe trabalho pedagógico, como categoria/conceito de análise. Trata-se de uma elaboração relativa à atualidade, insere-se e tem por referência o momento do capitalismo, sua fase em evidência.

¹ Nesse período delimitado para o estudo, a localidade passou por várias etapas em sua historicidade, e, consequentemente, diversas denominações. Não se entende ser anacronismo referir, em alguns momentos do texto, a Lavras do Sul para ser identificado pelos leitores, posto que os nomes anteriores (citados a seguir) foram elaborações das quais derivaram esta denominação.

² A produção de dados contou com a colaboração dos pesquisadores do Kairós – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas/UFSM, da Casa de Cultura José Neri da Silveira/Lavras do Sul; das professoras nascidas naquele município, Elvira Soares Ferreira, Elenice Delabary Soares, Maria Margarida Delabari Soares (in memorian).

Todavia, sua descrição denota características universais e atemporais, na medida em que se centra nos sujeitos, suas elaborações e fazeres. Ou seja, o planejamento, a realização e a avaliação do trabalho realizado pelos professores, embora influenciados pelo tempo e o espaço em que acontecem, estando suscetível às políticas educacionais e à influência dos fatos no entorno, ou seja, ainda que determinantes, não excluem ser trabalho pedagógico. Portanto, como categoria/conceito, elaborada no presente, pode ser chave de leitura para quaisquer tempos, dada essa sua flexibilidade semântica e historicidade conceitual. Nesses termos, tem-se como conceito de trabalho pedagógico o seguinte:

[...] é o trabalho dos professores, envolvendo a soma de escolhas que nem sempre são objeto de reflexão, por falta de tempo e de espaço na escola e fora dela, para que os professores possam refletir sobre o que realizam. Este trabalho, por sua natureza, está relacionado a como o grupo que compõe a escola se organiza, como entende e produz educação. Transita entre o individual e o coletivo, de modo dialético, elaborando e acontecendo cotidianamente na escola (Ferreira, 2018, p. 594).

Independentemente da época, do contexto, os professores, então, realizam um trabalho. Entende-se que, por suas características, por visar à produção do conhecimento, por ser autoral ou não, por restringir-se à reprodução de modelos determinados ou não, configura-se em trabalho pedagógico.

Destarte, em decorrência do estudo de documentos, textos de jornais e livros, analisou-se o trabalho pedagógico na correlação com as políticas educacionais que determinaram os movimentos constitutivos das escolas e da educação pública. Nesse afã, partiu-se do histórico, mas incluíram-se também elementos sociais, culturais e políticos que determinaram este trabalho na época. Resultante, segue sistematização da análise, constando argumentos organizados em seções que incluem descrição das escolhas teóricas e metodológicas, abordagem sobre o município, a educação, os professores, análises sobre o trabalho pedagógico e alinhavos nas considerações finais.

APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O fundamento teórico-metodológico adotado no estudo foi a Análise dos Movimentos de Sentidos (AMS). Trata-se de um referencial que organiza a pesquisa em Educação, tendo por supostos a noção de discurso³ como materialidade (Ferreira,

³ Discursos são sentidos “[...] organizados e expressos pelos sujeitos, mediante uma intencionalidade, um objetivo em relação aos interlocutor(es), preestabelecido e teleologicamente elaborado, porque

2020a), a diferenciação entre sentidos e significados (Costas & Ferreira, 2011; 2022) e a orientação a procedimentos que visam a:

[...] estudar os sentidos em suas variações, incidências, repetições, faltas e exageros, etc, ou seja, em seus movimentos. Metodologicamente, caracteriza-se como um estudo de linguagem, realizado com base em organização, reorganização, comparação, cotejamento e sistematização dos discursos. A AMS alia interpretação, análise, compreensão, objetivando adentrar nos discursos, evidenciando sentidos que se confirmarão ou não, quando cotejados com outros (Ferreira, 2020a, p. 151).

Em suma, é “[...] uma maneira de estudar dialética, aprofundada e criativamente os dados” (Ferreira, 2022, p. 5). Os discursos, dados produzidos pela pesquisa, foram analisados em várias situações:

- a) nos relatórios anuais dos Presidentes das Províncias, entre o período imperial e a década de 1910, entendidos como documentos históricos que viabilizam a compreensão dos projetos para a educação pública. Eram relatórios apresentados, anualmente ou ao fim de um governo, à Assembleia Provincial, com o interesse de prestar contas quanto ao governo, além de convencer sobre sua efetividade no atendimento às demandas públicas, quais sejam, as relacionadas à segurança, militarização, habitação, religiosidade, saúde e educação;
- b) esses discursos foram cotejados com estudos sobre a História da Educação no Rio Grande do Sul;
- c) nos materiais que integram o acervo da Casa de Cultura José Neri da Silveira, em Lavras do Sul. Entre esses, teve-se acesso a obras e relatórios que, com permissão e na presença dos integrantes daquela Instituição, foram digitalizados;
- d) em textos de jornais, folhetins e almanaques da época, compreendendo que são materiais riquíssimos para entender os sentidos, contextos e percepções acerca do processo educacional em implementação no Estado.

Montando tabelas (que são registros organizados dos discursos a partir dos quais acontece a perquirição e, resultante, elaboram-se argumentos e, por essa razão, não aparecem incluídas no texto) e lendo os discursos, foi possível analisar os movimentos dos sentidos no interior dos discursos. Esses movimentos interpretados

antecipam reações, compreensões, interações a serem alcançadas por meio da organização expressiva da linguagem. [...] Pelo discurso, os sujeitos narram, descrevem, planejam, projetam, avaliam, reconstróem e registram seu trabalho” (Ferreira, 2020a, p. 4).

compõem os argumentos neste texto, relacionando o histórico, o cultural, o econômico e seus impactos no trabalho pedagógico, incluindo os sujeitos-professores, suas referências.

A AMS⁴ tem sido aplicada à pesquisa histórica há alguns anos, o que pode ser comprovado na publicação de livros, capítulos, relatórios de pesquisas de Mestrado e Doutorado constantes nos repositórios universitários, além de artigos, que se encontram no Scielo e no Google Acadêmico. Coaduna-se com a constatação de Santos e Vechia (2019, p. 2), os quais, após analisar a produção publicada na Revista Brasileira de História da Educação, constataram a emergência de abordagens diferenciadas ao longo do período 2001-2019: “As investigações em História da Educação têm experienciado novas concepções teórico-metodológicas”. Essa heurística que se formula cotidianamente na Pesquisa em Educação e contribui para a formulação de subsídios para a História da Educação renova e alimenta o acervo de possibilidades e abordagens.

Ao iniciar a pesquisa, realizou-se busca por produções acadêmicas sobre temáticas relativas ao trabalho pedagógico nas escolas em Lavras do Sul. A busca em repositórios das universidades gaúchas e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES derivou poucos resumos em anais de eventos e uma única produção sobre a educação no município, um Trabalho de Conclusão de Curso, abordando o histórico de uma escola estadual localizada no centro daquela cidade⁵. As demais referências são contextualizadas no município, no entanto dedicam-se, em maioria, às vivências no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, sem conter dados históricos da Educação.

Para fins de contextualização, narram-se aspectos históricos e sociais do município.

LAVRAS DO SUL: APONTAMENTOS HISTÓRICOS

Conforme dados produzidos, o município, hoje denominado Lavras do Sul, aparece pela primeira vez na história do estado do Rio Grande do Sul, em 1746, na referência a um povoado liderado por padres jesuítas, denominado “Povoado de Santo

⁴ Dada a brevidade deste texto, para aprofundamento da AMS, é possível encontrar-se produções em vários livros e periódicos nacionais e internacionais. Destacam-se os artigos publicados na Revista Brasileira de Educação (RBE): Ferreira (2020a; 2022) e Braidó et al. (2023).

⁵ Trata-se do trabalho de conclusão de curso defendido no Curso de Letras – Inglês e Espanhol e respectivas literaturas, em 2015, na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, campus de Bagé, de autoria de Simone Munhós de Freitas, orientada pelo Dr. Alessandro Carvalho Bica, disponível [neste link](#).

Antônio” (Teixeira, 1992, p. 257). As primeiras referências históricas, já no século seguinte, podem ser sintetizadas no Quadro 1:

Quadro 1 – Referências do histórico da atual Lavras do Sul

1806	Pertencia ao território do município de Rio Pardo
1824	Pertencia ao território de Cachoeira do Sul
1829	Foi erguida uma capela e instituída uma paróquia
1834	Passou a pertencer a Caçapava do Sul, que, durante os anos de 1839-1840, foi capital do estado, durante a Revolução Farroupilha
1847	Elevada à freguesia de Santo Antônio das Lavras (Lei nº 82, de 13 de novembro de 1847)
1882	Foi considerada vila autônoma, emancipando-se de Caçapava do Sul, denominando-se Lavras (Lei Provincial nº 1.364, de 09 de maio de 1882)
1937	Elevada a município, com dois distritos: Ibaré e a sede
1944	Recebeu o nome de Lavras do Sul
1950	Instalada a primeira Câmara de Vereadores

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2025) e em Teixeira (1992).

Após o ciclo de ouro, protagonizado por garimpeiros portugueses, com o aparente exaurimento do produto, os donos de empresas internacionais que exploravam o território retiraram-se. A economia passou a centrar-se na pecuária, especialmente na criação de gado e ovelhas. Isso ocorreu porque a agricultura naquela região era escassa, dado o terreno acidentado e o solo empobrecido pelo excesso de areia e aridez.

Em 1859, havia 322 eleitores, o que indicava a população adulta. Para fins de comparação, em São Gabriel, município vizinho, no mesmo ano, havia 912; em Caçapava do Sul, havia 427 (Ferraz, 1859, p. 96), conforme o RPPB⁶. Em 1895, constavam 7.025 habitantes, sendo 3.394 mulheres mais 118 estrangeiros entre eles. 1.828 eram alfabetizados, gerando uma proporção de 73% de analfabetos (Almanak Litterario e Estatistico da Provincia do Rio Grande do Sul, 1895, p. 232), conforme a ALERGS⁷. No ano de 1919, havia 8.071 habitantes, com 1.639 moradores da vila e os demais na zona rural (A Federação, 1919, p. 1). Essa quantidade de habitantes tem relação direta com os aspectos econômicos, aumentava nos períodos de produção e diminuía nos períodos de escassez ou de centralidade na pecuária, posto que esta exige menos trabalhadores.

⁶ RPPB significa Relatório dos Presidentes das Províncias Brasileiras, uma exigência do Ministério dos Negócios do Império publicada sob a forma do Aviso 49/1885 (Brasil, 1885).

⁷ ALERGS é sigla para Almanak Litterario e Estatistico do Rio Grande do Sul. Os almanaques constituíam-se, para grande parte da população, em fonte de conhecimento social, cultural, histórico, geográfico e econômico. Assemelhavam-se a uma revista de variedades, com uma estrutura mais ou menos comum. Sua periodicidade era anual (Ferreira, 2020b). Salienta-se, ainda, que não se pode afirmar que seus textos sejam fiéis registros históricos. Por isso, os dados foram cotejados com outros materiais.

Ainda com relação à oferta de trabalho, curiosamente, o ano de 1884 marcou o início da propaganda abolicionista em Lavras (A Federação, 1884, p. 3). E relatou o Jornal, antes de terminar aquele ano, a libertação de 562 pessoas escravizadas, sendo 161 incondicionalmente, e faltavam receber sua alforria 22 pessoas, por pertencerem a órfãos e ausentes (A Federação, 1884, p. 1). O Jornal, ligado ao Partido Republicano, exaltou essa ocorrência, afirmando que os moradores “[...] encararam o abolicionismo sob o largo ponto de vista social, esquecendo momentaneamente os pequenos ódios resultantes de uma escola política do campanário” (A Federação, 1884, p. 1). Com isso, reaproximaram-se os distintos partidos, juntaram forças contra um “[...] inimigo commun – a escravidão” (A Federação, 1884, p. 1). Destacou que era um exemplo para a Província e que outros municípios, como Caçapava do Sul, limítrofe, não haviam seguido o mesmo rumo. Reiterou:

Lavras, pequeno município, recentemente creado, baldo de recursos comparativamente ao nosso [Porto Alegre], lutando com toda sorte de dificuldades inherentes em organismos débeis, inicia o movimento abolicionista muito posteriormente a nós – em 28 de setembro do ano passado [1884], e a 2 de dezembro do mesmo anno, termina-o brilhantemente pela completa emancipação (A Federação, 1884, p. 1).

Esse fato é significativo porque contém em si um paradoxo: a educação escolar era precária, faltavam professores; a economia da localidade estava assentada na grande propriedade rural; a mineração era uma das fontes de renda e que gerava enriquecimento de trabalhadores livres. E, mesmo assim, as referências nos jornais, por serem republicanos e abolicionistas, exaltam que os moradores sensibilizam-se com a libertação de pessoas escravizadas, estando à frente de seu tempo, em um país a promulgar a lei que determinaria oficialmente a abolição somente cinco anos depois.

O advento da República, um ano após a abolição formal da escravatura, foi esperado com ansiedade:

A República era tida como o regime capaz de acertar o passo do Brasil com o mundo adiantado. Argumentava-se que a modernização dos países centrais fez-se acompanhar de significativos acontecimentos nos seus bem-montados sistemas de ensino, que acabaram por disseminar a ciência e, dessa forma, promover e sustentar o progresso econômico (Carboni & Maestri, 2000, p. 146).

Tais medidas, entretanto, não impactaram a educação como era de se esperar: “[...] vigorou, no entanto, a doutrina estabelecida desde o Império, segundo a qual o

Governo Federal se desobrigava da educação popular, entregue à competência exclusiva dos Estados” (Nagle, 2001, p. 360). A colaboração entre estado e municípios era conflitante e lenta na adoção de iniciativas: “[...] ao Governo Federal era, pois atribuída a competência para impor o modelo que fosse julgado conveniente e as condições de equiparação que fossem julgadas adequadas” (Nagle, 2001, p. 360).

Mais uma vez, a influência política derivada do poder econômico era fator que estabelecia prioridades para as políticas públicas, dentre elas, a Educação. Do seu ponto de vista, o estado justificava sua ausência no cenário educacional, alegando que lhe caberia o Ensino Primário, sobretudo o leigo e o gratuito: “[...] Não podendo o Estado ter nem ciência nem religião oficial, não poderá possuir orçamento acadêmico ou eclesiástico” (Soares & Silva, 1992, p. 30).

Nessas condições, a localidade adentra o século XX. Para contextualizar o município nesse momento histórico, recorre-se a uma propaganda da época. A fim de anunciar uma fazenda à venda, um lavrense de nome Alberto Vandecapelle divulgou a sua imagem da vila como promissora: “[...] Tem medico, pharmacia, egreja, agencia do correio, escolas, casa de commercio de primeira ordem e um serviço regular de diligencias com itinerario fixo para a estação de S. Sebastião” (A Federação, 1903d, p. 3).

A lenta adesão a uma dinâmica econômica com alterações relativamente no ciclo da mineração e da pecuária, aderindo ao ciclo da industrialização, propagado pelo governo republicano, manteve o local suscetível, sem alternativas para ofertar maiores oportunidades de emprego. Também a educação pública mantinha-se cambaleante, sem investimentos significativos. Os professores eram trabalhadores pedagógicos, agindo em meio às precárias condições de trabalho, com salários aquém do merecido e necessário e, não raramente, sem recebê-los ao final do mês. O registro dessas historicidades, na sequência, indica a dissonância entre o trabalho pedagógico condizente com as características de uma sociedade que transitava entre o Império e a República e as agruras vividas por estes sujeitos.

AS/OS PROFESSORAS/ES E O TRABALHO PEDAGÓGICO NO MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL ENTRE 1844 E 1910

Destaca-se, como prolegômeno, que a Secretaria de Instrução Publica, instalada pela Lei nº 14, de 1837, na Província, publicava regulamentos normatizando o trabalho pedagógico e mantinha um quadro de inspetores para fiscalizar e relatar o atendimento das normativas nas aulas. Por meio dessas normativas, associando-as ao registro nos jornais e relatórios provinciais, houve possibilidade de inferência e sistematização de sentidos.

Essa inspeção era um grande problema, nem sempre atendia a seu propósito. As distâncias e a falta de acesso e transporte, associadas ao fato de esses inspetores não

serem educados para esse trabalho, geravam pouca efetividade na averiguação e regulação do trabalho pedagógico. Schneider (1993) destacou que a inspeção escolar “era nula” pelo fato de haver “[...] elementos sem competência para esta função e, muitas vezes, a sede dos municípios e a residência do juiz de Paz⁸ estavam a seis, oito ou mais léguas de distância das escolas” (Schneider, 1993, p. 285).

Nesse contexto, em 1846, com base na Lei Provincial nº 44, de 12 de maio, foi criada a escola de primeiras letras para meninos e, com a Lei Provincial nº 269, de 07 de novembro de 1853, aconteceu a criação de outra escola para meninas (Almanak Litterario e Estatistico do Rio Grande do Sul, 1902, p. 188). A diferenciação dava-se conforme a contratação de professores homens, os quais trabalhavam somente com meninos, e de professoras, destinadas ao ensino de meninas. Obtendo esses profissionais, ofertavam-se as aulas. Então, oficialmente, com base nos dados produzidos, o sistema público educacional da Villa iniciou em 1846.

Em alusão a esse período, sabe-se que, no início do século XIX, a situação econômica e, em decorrência, cultural da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul era caótica. Paulo José da Silva Gama, presidente entre 1803 e 1809, fora um dos primeiros governantes a denunciar a falta de acesso à Educação. Seus argumentos centravam-se em abrir mais escolas, garantir bons professores e convencer as famílias a enviarem seus filhos para a instituição, em vez de mantê-los trabalhando em casa. Quanto ao trabalho pedagógico, especificamente, muitas eram as demandas. O caso da Villa em questão é representativo de todo o estado, com diversas similaridades. Havia falta de escola e de professores. De tal sorte, que assim se caracterizaria a situação naqueles tempos:

O a,b,c, era totalmente desconhecido não já nos campos, nas estâncias, nos pequenos povoados, mas até nas próprias vilas onde a população era mais compacta. O governo real não tinha verba disponível para a instrução. Paulo Gama dizia que os habitantes tinham tantos conhecimentos e instrução, como as tribos selvagens que os rodeavam (Lima, 1935, p. 78).

As poucas aulas existentes estavam localizadas nas casas dos professores ou em imóveis alugados. A situação gerava, ao mesmo tempo, uma espécie de familiarização da escola e um controle da atividade dos professores. Assim, ao governo, do ponto de vista do financiamento, parecia mais rentável atribuir um salário e uma gratificação para pagamento do local, sua limpeza. Entre 1844 e 1847, para as primeiras iniciativas educacionais, no total, o governo da Província pagou 3:00\$000 pelo aluguel das casas para aula pública naquela povoação. Em todo o estado, à época, não havia prédios públicos destinados pelo governo para a realização das aulas. Desse modo, cabia ao

⁸ Em muitas localidades, era o responsável pela inspeção das aulas.

governante municipal e até mesmo aos próprios professores alugarem este espaço, ou mesmo ceder sua moradia (Ferreira, 2020b). O valor pago naquela localidade era significativo se aproximado ao de municípios com maior extensão de terras, tais como Jaguarão, São Leopoldo, Osório, e superior a São Jerônimo, Santo Amaro (General Câmara), Dois Irmãos, Santana do Livramento, Camaquã, Encruzilhada do Sul, Rio Grande, dentre outros, no mesmo período (Sinimbu, 1854, p. 98). Somente em 1859, o governo de São Pedro do Rio Grande do Sul criou uma tabela com valor máximo de 13\$000 para aluguel de ambiente para aula pública na Freguesia de Santo Antônio das Lavras (Ferraz, 1859, p. 30).

Muitas vezes, a precariedade dos locais onde aconteciam as aulas sobrepunha-se e dificultava o trabalho pedagógico. Mesmo assim, era determinante que os estudantes tivessem acesso ao conhecimento e fossem avaliados. Uma estratégia para constar o benefício do investimento era a submissão do trabalho dos professores ao crivo de uma banca de avaliação externa. Portanto, era mister garantir, com seu trabalho, o acesso mínimo à leitura, à escrita e ao cálculo básico.

Para organização do que ensinar nas escolas, na primeira metade do século XIX, estava em vigor o seguinte artigo da Lei de Instrução, publicada em 1837:

Art. 6º. Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1837, *on-line*).

Os materiais apropriados eram providos pelo governo, mediante contratação de empresas fornecedoras ou pelo município. Restritos e precários limitavam o alcance e as possibilidades do trabalho pedagógico. Livros eram raros e os estudantes não tinham como adquirir seus materiais. Configurava-se, então, um trabalho pedagógico demandante do esforço, do empenho e da dedicação dos professores para o alcance do objetivo de letramento dos estudantes.

Tal situação somente teve encaminhamento em 1871, com a publicação da Lei nº 771⁹, que tornava obrigatório o ensino escolar na Província. De sua parte, em seus discursos, nos relatórios apresentados à Assembleia Legislativa, os governantes

⁹ Lei nº 771: “creou um Conselho Director da Instrucção com seis Membros retribuídos; impôz certas obrigações aos directores de Estabelecimentos Particulares de Instrucção; reorganizou a escola normal primaria para aspirantes ao magisterio publico, marcando-lhes o circulo de estudos que devião percorrer, e deu algumas outras providencias em bem do ensino” (Mello, 1872, p. 10).

narravam as dificuldades econômicas para expansão da rede escolar e para a contratação de professores.

No início do século XX, registrou um redator: “Está quasi que abandonada a instrução. Que contraste com as riquezas naturaes e a uberidade do solo!” (Almanak Litterario e Estatistico do Rio Grande do Sul, 1902, p. 192). Naquele momento histórico, com 16.000 habitantes em todo o território de Lavras e 600 na vila, havia cinco aulas no município: uma para meninas e duas para meninos na vila; uma em Santo Antônio, que era o 2º distrito e outra no Taboleiro. Das cinco aulas, somente duas contavam com professores. Prosseguiu o redator: “Os homens que têm administrado Lavras pouco se têm compenetrado da necessidade do ensino daquelle riquíssimo território” (Almanak Litterario e Estatistico do Rio Grande do Sul, 1902, p. 192).

Em meio a essa falta de professores e escolas, em 1902, por não atender à quantidade mínima de estudantes, a 5ª escola masculina foi transferida para a atual Veranópolis, diminuindo ainda mais as oportunidades de estudos para meninos em Lavras do Sul (A Federação, 1902, p. 2). Não satisfeito, o governo do estado, no ano seguinte, transferiu a 4ª escola mista de Taboleiro para o 3º distrito de São Sepé, convertendo-a em escola masculina (A Federação, 1903b, p. 2). Somente em 1922, encontrou-se notícia acerca do movimento reverso. Uma aula do sexo masculino, antes localizada em Santa Cruz do Sul, foi transferida para os subúrbios de Lavras do Sul (A Federação, 1922, p. 5).

Essas transferências de escolas de um município para outro davam-se porque, em acordo com o capítulo IX, artigo 44 do Regulamento da Instrução Pública, em vigor desde 1884, as escolas com quantidades reduzidas de estudantes, menos de 15 matriculados, deveriam ser remanejadas. Considerou-se, ainda, conforme o capítulo IX, artigo 44 do referido Regulamento, que as escolas pouco frequentadas poderiam ser transferidas para outra localidade, garantindo sempre frequência mínima para manutenção da aula de quinze alunos (Brasil, 1884).

Esse era, em linhas gerais, o contexto. Descreveu-se como possibilidade para se compreender os professores e seu trabalho a serem registrados a seguir, considerando que “[...] o saber histórico pode contribuir para dissipar as ilusões ou os desconhecimentos que, ao longo do tempo, desorientam as memórias coletivas” (Chartier, 2009, p. 24). Naquele contexto, conviviam professores e estudantes, em busca de oportunidades de educação pública, porém este registro, como até o momento não existe, acarreta limitações para que se compreendam aspectos educacionais, culturais e sociais da comunidade ora em estudo.

OS PROFESSORES: SUA VIDA E PROFISSÃO

Professores, no início do século XIX, eram sujeitos alfabetizados que assumiam aulas avulsas¹⁰, tornando-se vitalícios no cargo por força da lei. Sua vida era dedicada a ser representativo do cargo no modo de agir, vestir, relacionar-se socialmente. Aos olhos do povo, configuravam-se na professora e no professor, depois no cidadão. Esse modo de descrever os sujeitos, herdado da influência católica e, especialmente, jesuítica, determinava aspectos que invadiam as suas vidas privadas. Sobretudo as mulheres, vigiadas e enquadradas nos valores de vocação, integridade moral e disposição ao casamento, sofriam os revezes de uma sociedade que exigia delas o cumprimento da profissão aliado à moralização da infância.

Seu trabalho pedagógico, regido pelas políticas elaboradas pelos governantes, assentava-se em “ensino” ou “transmissão do que sabiam”. Os “conteúdos” eram distribuídos na ordem deliberada nos documentos legais e as escolhas didáticas eram pautadas por dois princípios: garantir que todos soubessem reproduzir o “ensinado” e demonstrassem moral e bons costumes. Por essa razão, fazia parte da aula o ensino rígido, associado à frequência à Igreja e à catequese, com a premência de que os estudantes estivessem acompanhados de professoras e professores nessas ocasiões. Nesse viés de compreensão, observam-se as influências político-partidárias no modo como transcorre a instalação de aulas ou, mais tarde, escolas, e na manutenção e transferência dos professores de uma localidade à outra. Além disso, por determinação político-partidária, há a manutenção do financiamento dos professores e de seu trabalho pedagógico. Como se verá a seguir no texto, dependendo do governo, os professores transitam pelo Estado, mesmo solicitando voltar a seus lugares de origem, dada sua aproximação ou resistência ao partido no poder.

Em um mundo cujo lugar dos profissionais era o de garantir o ensino formal e a moralização, estabeleceram-se situações nas quais as professoras e professores ora persistiam, ora desistiam, em movimentos que constituíram historicamente a educação na povoação que hoje é Lavras do Sul. Anônima ou intensamente envolvidos socialmente, os professores viveram seu trabalho e legaram contribuições no processo de estabelecimento do sistema de educação lavrense. A pesquisa indicou elementos que permitem registrar essas contribuições. Por isso, expõem-se os sentidos dos dados produzidos, de modo a registrar nomes, informações históricas e o período em que

¹⁰ Tratavam-se de aulas derivadas das aulas régias instituídas após 1759, por Marquês de Pombal, Primeiro Ministro de Portugal. A partir de então, essas aulas, segundo Saviani (2010, p. 108), “foram estendendo-se no Brasil, embora enfrentando condições precárias de funcionamento, salários reduzidos e frequentes atrasos no pagamento dos professores”. No século XIX, assumiram a versão de aulas avulsas, devido a não se filiarem a um sistema educacional, tampouco a uma instituição, sendo ofertadas conforme a disponibilidade de profissionais e pagamentos por parte do governo local ou dos próprios estudantes. Quanto à frequência, “os alunos podiam frequentar umas ou outras indiferentemente, pois além de avulsas, eram isoladas, isto é, sem articulação entre si” (Saviani, 2010, p. 108).

professores trabalharam em Lavras do Sul, primando por informações relativas ao trabalho pedagógico exigido desses profissionais.

Em acordo com os dados produzidos com a leitura dos Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, considerou-se Felício Pereira de Oliveira o primeiro professor público lavrense. Desde 30 de abril de 1844, constava na aula pública de ensino mútuo e individual na localidade onde hoje é a cidade de Lavras do Sul. Fora designado provisoriamente para conservação da escola, pelo Conde de Caxias, no período após a Revolução Farroupilha. Em 12 de maio de 1846, pela Lei nº Provincial nº 44, esta aula pública foi institucionalizada. Em 1847, tornou-se professor vitalício, com salário de 600\$000, atendendo 90 alunos. Transferido para Caçapava do Sul em 1847, lá constava até 1850, atendendo 60 estudantes (Lima e Silva, 1846, p. 38).

Teixeira (1992) faz referência a um professor baiano no município no início da década de 1840 e afirmava não ter dados sobre ele. Sugere-se cautela em relação a esta alcunha “baiano”, posto que, em sua viagem acompanhando o Imperador, em visita a esta Província, o Conde D’Eu registrou em seu diário que, para os nativos gaúchos, haveria em todo o universo “[...] três classes de habitantes: ‘riograndense’ ou o ‘filho do paiz’; castelhano, ou hispano-americano; e bahiano” (Conde D’Eu, 1936, p. 103). E reiterou: “Para o gaúcho riograndense, quer um homem tenha nascido á sua porta, na provincia de Sancta Catharina, quer venha da Laponia, é sempre bahiano” (Conde D’Eu, 1936, p. 103).

O período de trabalho do Prof. Felício coincidiu com a implementação de escolas nas vilas, em época na qual o atual Rio Grande do Sul emergia de um conflito bélico longo e desgastante, como foi a Revolução Farroupilha (1835-1845). Cabe lembrar que a localidade integrava o território de Caçapava do Sul, uma das capitais do movimento farroupilha, sendo, inclusive, palco de lutas. Por essa razão, é significativo observar que, a despeito de um território desgastado pela guerra, naquela vila, 90 estudantes frequentavam a escola masculina (Galvão, 1847, p. 56).

Em 1847, Manoel João Pereira substituiu o professor Felício, na então Freguesia de São João das Lavras, lá permanecendo por dez anos, como professor vitalício de aula pública de ensino mútuo e individual, com salário de 600\$000 réis, com 8 alunos, em casa própria pela qual recebia 153\$600 réis de aluguel. O fato de ser professor de ensino mútuo e individual indica aspectos do trabalho pedagógico realizado, ou seja, tendo apenas 8 estudantes para atender, ofertava mais de uma modalidade de aula, visando a diversificar suas possibilidades profissionais e justificar o investimento público. Este esforço parece ter sido bem-sucedido, pois, em 1850, atendia 25 estudantes. Os dados permitiram inferir sua permanência na localidade como professor até 1857 (Câmara, 1857, p. 97).

Em 1º de outubro de 1860, Antônio Libanio Pereira Maciel responsabilizara-se como “professor effectivo” pela aula de meninos. Em 1867, foi nomeado como

“fábriqueiro” da Matriz (Teixeira, 1992). Três anos depois, foi multado pelo governo, por 20 réis, por não ter entregado os mapas semestrais exigidos pelo regulamento em vigor. Em 1872, é referido como alferes, e seu tempo como militar é adicionado à contagem para jubilação. No ano posterior, era professor vitalício e, desde dois anos antes, atendera, em média, 30 estudantes. Em 1882, estava ainda naquela povoação e tornou-se juiz municipal de órfãos até 1890, destacado como integrante da Maçonaria. Foi jubilado em 1887. Por essa razão, é o professor que, nesta época, mais permaneceu no território lavrense, ou seja, por todo o seu tempo de trabalho, 27 anos (Rocha, 1862, p. 102; Sertorio, 1870, p. 111).

Nesse período, prolongando-se até a década de 1860, as escolas eram segregadas por sexo, e caberia a homens-professores as aulas masculinas, e a mulheres, as femininas. Exceções eram permitidas a aulas em casas de professores-homens casados, quando não havia professoras para atender as meninas. Nestes casos, os homens poderiam atender turmas mistas.

Nas aulas femininas, a primeira professora mencionada nos documentos é Úrsula Arouche de Moraes, entre 1857 e 14 de janeiro 1858, quando foi removida. Viera de Triunfo, onde, em 1853, constava como professora pública vitalícia. Em 1859, novamente constava no 3º distrito de Triunfo e, em 1862, transferida para Cruz Alta, permanecendo até 1872. Faleceu em 1903, em Porto Alegre (Câmara, 1857, p. 97; Rocha, 1862, p. 103; A Federação, 1903c, p. 2).

Coloca-se em relevo Ubaldina Brito Uriarte. No ano de 1858, trabalhava como professora pública interina da cadeira do sexo feminino, naquela freguesia. Em 1870, foi multada pelo governo, por 20 réis, por não ter entregado os mapas semestrais exigidos pelo regulamento em vigor. Foi jubilada em 1887, devido a ter completado 25 anos de trabalho sem interrupção (Rocha, 1862, p. 103; Sertorio, 1870, p. 111).

Normatizava o ensino a Lei Provincial de Instrução Primária nº 14, de 1837, publicada durante o governo do presidente Antônio Elzeário de Miranda e Britto (em períodos entre 1836 e 1839). Para fins de manutenção da educação pública, esta lei determinava ser a escola primária dividida em três classes de ensino: a) leitura e escrita, quatro operações de aritmética, frações e proporções, moral cristã, religião do Estado, gramática da Língua Nacional; b) noções teóricas e práticas de geometria; c) Geografia, Língua Francesa e Desenho (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1837, p. 21).

Com relação aos professores, determinava que poderiam ser vitalícios se demonstrassem, em concursos, conhecerem o programa das três classes de ensino antes referidas. Em caso de não haver professores vitalícios para preencher vagas, seriam contratados profissionais temporários com salário menor. Dessa maneira, até 1850, os professores eram contratados como vitalícios, ou seja, enquanto vivessem ocupariam o cargo sem perdas, salvo crimes hediondos (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1837, p. 22).

Outro destaque da Lei nº 14 referia-se às meninas em idade escolar. Para estas, seriam mantidas as três classes, menos o ensino de frações decimais e proporções, e seriam acrescentados conteúdos relacionados a bordado, costura e educação doméstica. As professoras receberiam seiscentos mil réis anuais e mais 5 mil réis para cada estudante considerada pronta antes do período de avaliação (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1837, p. 23).

Encerrada a Revolução Farroupilha (1835-1845), a prioridade era reconstituir a Província, e a educação foi apenas mantida, sem grandes investimentos. Nesse cenário, os professores, questionados por seu trabalho e com salários parcos, eram entregues à sua sorte, realizando o trabalho pedagógico em lugares recônditos, em condições precárias, contando com poucas orientações e apoio.

Entre 1888 e 1890, em Lavras, havia dois professores normalistas, os quais: a) trabalharam muito para divulgar o ensino público; b) promoveram exames públicos para estudantes de primeiras letras. Os nomes dos professores não foram mencionados no Almanaque (Almanak Litterario e Estatistico da Provincia do Rio Grande do Sul, 1902, p. 192). Pesquisando-se, descobriu-se tratar-se dos professores:

Maria Joaquina Machado Alves: em 1886, naquela localidade, trabalhava como professora pública da cadeira mista. Foi transferida para Caçapava do Sul em 1890, onde, em 1900, era professora da 2ª aula do sexo feminino de 2ª entrância¹¹. Em 1907, recebeu transferência para o Collegio Elementar de Santa Cruz do Sul. Porém, permaneceu em Caçapava do Sul e, em 1908, foi declarada “em disponibilidade compulsoriamente” (A Federação, 1886, p. 3; A Federação, 1904b, p. 1; A Federação, 1906d, p. 1).

João Machado Espíndola: em 1890, constava como professor público normalista da cadeira masculina em Lavras do Sul, vindo de Butiá. Em 1907, era inspetor escolar em Santo Antônio da Patrulha e depois foi chefe político. Faleceu em 1954, em Gravataí (A Federação, 1890, p. 2; A Federação, 1892, p. 1; A Federação, 1907b, p. 1).

O redator do Almanaque criticou o fato de políticos impedirem a continuidade desse trabalho (Almanak Litterario e Estatistico da Provincia do Rio Grande do Sul, 1902, p. 192). Para comprovar seu argumento, citou: “Este anno as escolas de Lavras foram frequentadas talvez por 80 ou 90 alumnos” (Almanak Litterario e Estatistico da Provincia do Rio Grande do Sul, 1902, p. 192).

Essa recorrente substituição de professores nas escolas lavrenses somava-se ao que acontecia em todo o estado, relatado por Francisco de Paula Soares. Este militar, diretor da Escola Normal, era interino como Inspector Geral da Instrução Publica, em

¹¹ “De 1887 em diante as escolas começaram a ser classificadas em entrâncias. As entrâncias determinavam um diferencial de remuneração dos professores, mas a todos era exigida uma mesma formação: habilitação pela escola normal criada na província na década anterior” (Werle, 1997, p. 94). Após dez anos, todos os municípios, menos Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, contavam com escolas de 2ª entrância. Era o caso de Lavras do Sul.

1866 (Moraes, 1875, p. 60). Descreveu a situação do trabalho pedagógico na época, exemplificando com a leitura, denominando-o de “confusão”:

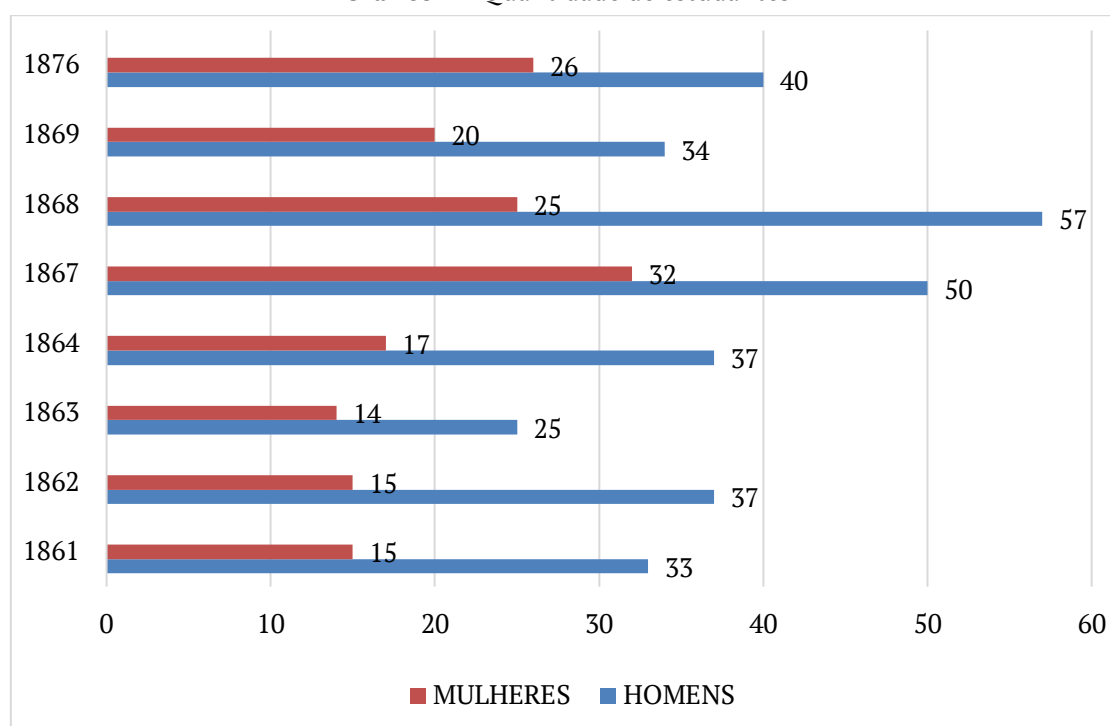
[...] é sempre o methodo do passado seculo pelo que respeita á transmissão dos primeiros elementos; raros são os professores que abandonarão a rotina, e ensinão pelos modernos syllabarios, e mais raros ainda aquelles que tem o trabalho de corrigirem os defeitos da pronunciação dos meninos (Cunha, 1866, p. 71).

No tocante aos cálculos, o trabalho pedagógico era igualmente improdutivo. Para Francisco de Paula Soares, tudo se resumia a ações mecânicas e descontextualizadas:

Pelo que respeita ao ensino da arthmetica limitão-se a fazer decorar uns folhetos onde apenas existem imperfeitas definições, sem nexos nem relação, e a ensinarem materialmente ao menino a resolver um problema, deixando-o muitas vezes na sua classe horas inteiras occupado em cogitar os meios de tal resolução (Cunha, 1866, p. 71).

Em suma, os professores, na opinião daquele gestor, não realizavam esforços no sentido de garantir a produção do conhecimento. A solução, segundo o dirigente, seria instituir a Escola Normal, objetivando educar os professores e padronizar a educação no estado. Sobre esta, verificou-se a notícia da sua criação tão reclamada em relatório de 1870: “Creada por acto de 05 de Abril de 1869, foi installada no dia 1º de Maio seguinte. Matricularão-se no primeiro anno 12 alumnos de ambos os sexos, dos quaes concluirão o curso 6, que se matricularão no segundo anno” (Sertorio, 1870, p. 14).

Uma análise dos dados indica, no Gráfico 1, destarte, que as escolas em Lavras eram bem frequentadas e, em raros períodos, houve alteração, como, por exemplo, durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) e Guerra do Uruguai (1864-1865).

Gráfico 1 - Quantidade de estudantes

Fonte: elaborado pela autora com base nos relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras (Império, RS, de 1830 a 1889).

Aquela comunidade chegou a contar com cerca de 8 dezenas de matriculados entre 1867 e 1868, porém, em maioria, a quantidade mantinha-se em torno de 60 estudantes. Se levada em conta a população oscilar entre 8 e 10 mil habitantes, trata-se de índices irrisórios. Observe-se ainda a quantidade desigual entre homens e mulheres que frequentavam a escola.

Quase vinte anos após, entre 1903 e 1904, constatou-se a troca de professores que ou vinham de São Francisco de Assis ou iam de Lavras para aquele município. Estabeleceu-se como hipóteses para justificar tais ocorrências a) a similaridade na quantidade da população, o que permitiria manter os professores e seu salário; b) a política de governo parecia assentar-se na crença de que manter os professores por pouco tempo nas localidades facilitaria o controle de seu trabalho pedagógico e, ademais, contribuiria para que seus salários também fossem medidos.

Maria da Glória Tratmann: em 1904, constava como professora da 2ª escola do sexo feminino de 1ª entrância, vinda de São Francisco de Assis, onde assumira, no ano anterior, a 2ª escola do sexo feminino (A Federação, 1904b, p. 1).

Etelvina Krein: em 1904, professora da 5ª escola mista, vinda de São Francisco de Assis e, neste mesmo ano, ficou 90 dias em licença para tratar da saúde. Em 1905, constava novamente em São Francisco de Assis (A Federação, 1904b, p. 1; A Federação, 1905, p. 4).

Otto Müller: professor, aprovado em concurso, em 1902. Em 1904, trabalhava na 1ª escola do sexo masculino na vila, em Lavras, vindo de São Francisco de Assis. Em 1906, estava em São Vicente do Sul e, nos anos seguintes, em Santa Cruz do Sul, Santa Maria e no Colégio Elementar de Rio Pardo. Foi diretor, cargo de confiança do governo, do de São Sebastião do Caí, de Bento Gonçalves e de Alegrete. A partir de 1919, estava em Santo Ângelo, como professor de escola isolada na zona rural (A Federação, 1904b, p. 1; A Federação, 1906d, p. 1; Caxias do Sul, 1922, p. 3).

Além de transferências para São Francisco de Assis, também aconteceu de os professores serem removidos de Lavras para Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Bagé, São Gabriel, dentre outros municípios.

Em 1891, Ignácio Caetano Leite foi admitido como professor público da cadeira do sexo masculino, em Lavras, oriundo de Pinheiro Machado, transferido “por conveniência do ensino”. Naquele ano, ainda, foi removido, novamente, para Pinheiro Machado. Em 1904 e 1906, era capitão da Guarda Nacional em Bagé e, em 1909, lá instalou uma charqueada (A Federação, 1891b, p. 2; A Federação, 1906b, p. 1; A Federação, 1909a, p. 4).

A partir de 1891, Celestino Corrêa de Mello trabalhou como professor público normalista da aula do sexo masculino. Solicitou aumento da cota para aluguel da sala, água e asseio do ambiente de 12\$000 para 20\$000, e o pedido foi indeferido. Em 1892, solicitou remoção para a 1ª cadeira do sexo masculino de Viamão. Em 1893, estava em Santa Cruz do Sul. Em 1900 e 1906, constava em Porto Alegre. Em 1913, foi declarado avulso (A Federação, 1891b, p. 2; A Federação, 1906a, p. 2; A Federação, 1913, p. 2).

Quanto às aulas femininas, neste mesmo período, em 1893, Maria Parizina Ferrari, por um ano, trabalhou como professora pública em Lavras. Em 1894, estava em Cachoeira do Sul. Entre 1900 e 1906, trabalhava em Rio Pardo (A Federação, 1893, p. 2; A Federação, 1904b, p. 1; A Federação, 1906b, p. 2).

Em 1895, Balthazar dos Santos Paz foi nomeado como professor para a cadeira do sexo masculino de Lavras, com salário de 880\$000, taxa para aluguel e limpeza do ambiente escolar. Em 1905, estava em Rio Pardo e, depois, foi professor em Cachoeira do Sul, Uruguaiana, Porto Alegre. Em 1919, era inspetor escolar. Em 1921, recebeu gratificação por completar 25 anos de trabalho, como professor adido da Escola Complementar em Porto Alegre, onde constou até 1925 (A Federação, 1895b, p. 2; A Federação, 1910b, p. 4; A Federação, 1921, p. 1).

Em 1899, por dois anos, Julieta Lydia de Oliveira Guedes estivera designada para a 3ª escola mista, de 1ª entrância de Lavras do Sul. Em 1901, estava em São Leopoldo. Em 1907, em Porto Alegre (A Federação, 1899, p. 1; A Federação, 1901, p. 1; A Federação, 1907a, p. 1).

Em referência às décadas de 1900 a 1905, destaca-se que Jorge Teiller iniciou como professor público interino da cadeira do sexo masculino, 2º distrito de Lavras, em 1891 e, em 1903 e 1904, na mesma cidade, na 1ª escola do sexo masculino na vila,

como professor de 1ª entrância. Em 1906, na 7ª escola do sexo masculino, no interior daquele município. Em 1918, constava em São Pedro do Sul (A Federação, 1891a, p. 2; A Federação, 1906c, p. 1).

As professoras de aulas femininas, neste período, também se substituíram. Entre 1903 e 1906, Alice Alves Ramos constava como professora normalista concursada da 3ª escola mista lavrense. Em 1906, vivia em São Gabriel, onde trabalhou até 1948 (A Federação, 1928, p. 1; A Federação, 1903a, p. 1; A Federação, 1906c, p. 1).

Do mesmo modo que a Professora Ubaldina, anteriormente citada, Honorina Corrêa Guazzina dedicou muitas décadas de sua vida profissional ao povo lavrense. Antes de 1903, era professora de escola particular e, naquele ano, tornou-se professora pública concursada da 2ª escola feminina da Vila. Casou-se com Adalberto Augusto Guazzina. Em 1904 e 1905, continuava na mesma escola, como professora de 1ª entrância. Deduziu-se que viveu sempre em Lavras e observou-se seu túmulo no cemitério municipal. Além disso, teve-se informação de uma escola rural que funcionou nas décadas de 1960 e 1970, uma “brizoleta”¹², na localidade de Passo do Lagoão, cuja denominação era seu nome em homenagem (A Federação, 1903a, p. 1; A Federação, 1904c, p. 3).

No relatório e prestação de contas do município, referentes ao exercício de 1905, há menção ao estabelecimento de 3 aulas públicas. Uma teria sido provida pela Professora Honorina Corrêa Guazzina e as demais estavam vagas. Mais tarde, em 1924, teria sido dispensada por falta de verbas para pagar seu salário. Foi indicada a quantia de 800\$000 aplicada à instrução pública, e o orçamento previa 2.400\$000. No entanto, não se encontrou explicação para essa “economia” em uma situação de ausência de aulas no município. O documento é assinado por Leopoldo Granier, tesoureiro, e aprovado pelo Conselho Municipal e pelo intendente Samuel José de Souza (A Federação, 1906a, p. 3).

Entre 1905 e 1908, Conceição Carvalho trabalhou na condição de professora da 2ª escola do sexo feminino na Vila, vinda da aula feminina do colégio distrital de São Gabriel. Em 1909, estava em Estrela. Três anos depois, constava no Collegio Elementar de Rio Pardo e foi transferida para a 1ª mista de Santa Maria e depois para o Colégio Elementar de Santa Maria, em 1913. Jubilou, nesta cidade, em 1927, com 25 anos de trabalho (O Paladino, 1909, p. 2; A Federação, 1913a, p. 3; A Federação, 1927, p. 2).

Sem referências a quantos anos permaneceu em Lavras, Hermano Augusto Souza Lobo foi nomeado, em 1905, como professor da 4ª escola do sexo masculino no Taboleiro, 1º distrito. Em 1916, constava em Porto Alegre (A Federação, 1907c, p. 2).

Um dos professores que também permaneceu pouco tempo no município foi Mathias Becker, apenas entre 1908 e 1909. Sua vida foi marcada pela tragédia. Os

¹² Eram pequenas escolas rurais, estaduais, abertas no Programa “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”, durante o governo do estado por Leonel de Moura Brizola, entre 1959 e 1963.

registros indicaram que era professor público da 5ª escola do sexo masculino, em Estrela, e, em 1894, recebeu licença de dois meses para fechar a aula e retirar-se devido à Revolução Federalista no estado (1893-1895). Deixou seu filho, recém-casado, morando na casa que habitava. Maragatos invadiram a propriedade, saquearam e levaram o rapaz como refém. Três dias depois, o corpo foi localizado, degolado. A justificativa para o crime foi que o rapaz teria servido no corpo provisório de Estrela. O Professor Mathias, talvez por desilusão ou perseguição política, em 1908, foi transferido para a 1ª escola do sexo masculino em Lavras do Sul. Em 1909, enviou documento, solicitando remoção para voltar a Estrela e recebeu indeferimento do pedido. Ficou 60 dias em licença para tratamento da saúde. Solicitou jubilação, quando estava na 1ª cadeira masculina de Lavras do Sul, com trinta e um anos de trabalho, em 1909 (A Federação, 1891a, p. 2; A Federação, 1895a, p. 1; A Federação, 1909b, p. 1).

Tempo exíguo, igualmente, ficou Arthur Alves Cruz, apenas o ano de 1909-1910. Formado em Direito, em 1910, em Lavras, era professor da 1ª escola do sexo masculino e passou a trabalhar como advogado em Caçapava do Sul (A Federação, 1900, p. 4; A Federação, 1910a, p. 1).

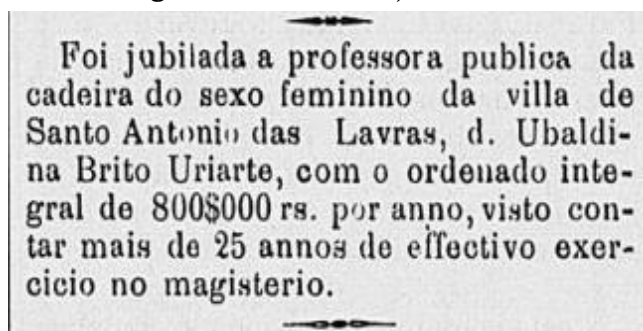
De 1909 a 1912, Maria Joaquina Loureiro Menezes solicitou remoção de Estrela e trabalhou como professora na 2ª aula feminina de 1ª entrância de Lavras. Em 1911, foi transferida para Antônio Prado e, em 1924, para Rio Pardo (A Federação, 1904a, p. 1; A Federação, 1912, p. 1; A Federação, 1924, p. 1).

Passados sessenta e seis anos desde os registros de 1844 referentes ao primeiro professor público contratado para São João das Lavras, em 1910, havia um sistema de escolas, atendendo meninas e meninos. A análise global dos dados indicou que houve excessiva alteração do quadro de professores, uma vez que estes profissionais, em maioria, ficaram pouquíssimo tempo na localidade, com exceção de Antônio Libanio Maciel (1860-1887), Ubaldina Brito Uriarte (1857-1887) e Honorina Correa Guazzini (sua vida toda como professora, a partir de 1904). O fato de esses professores permanecerem mais tempo na localidade não somente lhes permitiu inserir-se melhor na cultura, como também transpor essa inserção para seu trabalho pedagógico, adaptando-o ao contexto. Conhecer estes fatos e compreendê-los como evidências da história da Educação no município permite novos sentidos, além de atribuir méritos a quem de fato dedicou-se a compor condições de produção de um trabalho pedagógico voltado à educação dos lavrenses, naqueles tempos.

O trabalho pedagógico realizado pelos professores lavrenses, reitera-se, não se constituiu diferenciado do verificado no restante do Rio Grande do Sul. Em condições precárias, com reduzido acesso a livros e a materiais pedagógicos, este trabalho contava com a dedicação dos profissionais e com parca assessoria dos familiares. A trajetória profissional e o trabalho pedagógico dos professores, em decorrência, eram penosos. Somavam-se as diversas remoções, não raramente de um lado a outro do

estado. Resultante desse percurso, a aposentadoria correspondia a jubramento, fim do prazo de contrato. A gratificação correspondia ao alcance de 25, 30 ou 35 anos de trabalho, como um bônus acrescido ao salário, para manutenção dos profissionais (Figura 1).

Figura 1 – Nota sobre jubramento



Fonte: A Federação (1887, p. 2).

Observe-se que foi aposentada com salário integral de 800\$000. Em 1859, seu salário era 600\$000, mais gratificação de 200\$000, ou seja, a vantagem, após quase três décadas de exercício de profissão, foi o fato de o salário e a gratificação serem unificados.

Todos esses movimentos relatados indicaram o estabelecimento das escolas e da educação pública no atual município de Lavras do Sul. Após 1910, mediante concursos e escolas estabelecidas, iniciou uma nova fase da educação nesta cidade: com um sistema educacional mantido pelo município e pelo estado, voltado para a alfabetização e educação formal dos munícipes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo sistematiza estudo realizado sobre a história da Educação na localidade hoje Lavras do Sul, de 1844 a 1910, ou seja, correspondente ao período inicial da implementação de um sistema educacional público. Analisaram-se informações obtidas em jornais, almanaques, documentos, livros, cotejando-as com a história da Educação no Rio Grande do Sul. Resultaram sentidos cujos movimentos indicam como se constituiu o processo de escolarização e, nele, o trabalho pedagógico dos primeiros professores lavrenses em meio a conturbados processos sociais.

As informações sobre o trabalho pedagógico dos professores compuseram-se a partir das políticas educacionais e diretrizes emanadas do poder político central e, paulatinamente, com o adentramento também da comunidade na organização e financiamento da educação escolar pública. Sendo uma pequena comunidade, esse processo foi lento e, reitera-se, marcado pela sucessiva alteração do quadro de

professores, com remanejamentos frequentes. Raras e raros são os professores que permaneceram mais de vinte anos na localidade.

Resultante desses fatores, estabeleceu-se uma educação pública submetida às determinações políticas, e os professores, estrategicamente, vivenciaram o balanço de uma vida marcada por projetos inacabados, sem continuidade e pertença ao social. Descolou-se, do mesmo modo, o trabalho pedagógico da realidade imediata, tornando-o artificial se consideradas as características culturais e as demandas da população. Ainda assim, cada professora e professor contribuiu com sua dedicação, zelo e cumprimento das normativas que regiam, à época, seu trabalho.

A pesquisa continua no sentido de entender como se compôs também a educação escolar lavrense no século passado. Todavia, a dificuldade em acessar documentos oficiais, não encontrados ou mesmo dispostos sem ordem, impede uma maior celeridade na produção de dados. Ainda assim, esta dificuldade não tem sido impeditiva, pois se conta com a generosa contribuição de pessoas da comunidade, anteriormente citadas. Até o momento, comemora-se o fato de poder apresentar-se dados desconhecidos pela comunidade, de modo organizado e estabelecendo a possibilidade de serem considerados também em outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

Almanak Litterario e Estatistico do Rio Grande do Sul. (1895). *Almanak litterario e estatistico do Rio Grande do Sul* (7º ano). Carlo Pinto & Cia. Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/829447/1402>

Almanak Litterario e Estatistico do Rio Grande do Sul. (1896). *Almanak litterario e estatistico do Rio Grande do Sul* (8º ano). Carlo Pinto & Cia. Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

Almanak Litterario e Estatistico da Provincia do Rio Grande do Sul. (1902). *Almanak litterario e estatistico da Provincia do Rio Grande do Sul* (2ª ed.). Carlo Pinto & Cia. Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1884, 4 de outubro). *A Federação* (Ano I, nº 229). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1886, 14 de setembro). *A Federação* (Ano III, nº 209). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1887, 15 de fevereiro). *A Federação* (Ano IV, nº 37). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1890, 18 de março). *A Federação* (Ano VII, nº 64). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1891a, 2 de junho). *A Federação* (Ano VIII, nº 127). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1891b, 27 de outubro). *A Federação* (Ano VIII, nº 248). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1892, 11 de março). *A Federação* (Ano IX, nº 58). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1893, 10 de janeiro). *A Federação* (Ano X, nº 8). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1895a, 20 de abril). *A Federação* (Ano XII, nº 94). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1895b, 7 de dezembro). *A Federação* (Ano XII, nº 287). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1899, 7 de novembro). *A Federação* (Ano XVI, nº 254). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1900, 23 de outubro). *A Federação* (Ano XVII, nº 244). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1901, 15 de janeiro). *A Federação* (Ano XVIII, nº 15). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1902, 17 de dezembro). *A Federação* (Ano XIX, nº 292). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1903a, 13 de fevereiro). *A Federação* (Ano XX, nº 38). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1903b, 14 de abril). *A Federação* (Ano XX, nº 87). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1903c, 19 de maio). *A Federação* (Ano XX, nº 115). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1903d, 26 de outubro). *A Federação* (Ano XX, nº 249). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1904a, 6 de fevereiro). *A Federação* (Ano XXI, nº 31). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1904b, 13 de fevereiro). *A Federação* (Ano XXI, nº 37). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1904c, 28 de dezembro). *A Federação* (Ano XXI, nº 299). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1905, 19 de janeiro). *A Federação* (Ano XXII, nº 17). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1906a, 8 de março). *A Federação* (Ano XXIII, nº 53). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1906b, 27 de abril). *A Federação* (Ano XXIII, nº 98). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1906c, 23 de junho). *A Federação* (Ano XXIII, nº 146). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1906d, 4 de julho). *A Federação* (Ano XXIII, nº 155). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1907a, 12 de fevereiro). *A Federação* (Ano XXIV, nº 37). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1907b, 1 de março). *A Federação* (Ano XXIV, nº 52). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1907c, 9 de maio). *A Federação* (Ano XXIV, nº 109). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1909a, 11 de maio). *A Federação* (Ano XXVI, nº 108). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1909b, 31 de agosto). *A Federação* (Ano XXVI, nº 202). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1910a, 19 de abril). *A Federação* (Ano XXVII, nº 91). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1910b, 9 de maio). *A Federação* (Ano XXVII, nº 106). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1912, 9 de março). *A Federação* (Ano XXIX, nº 59). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1913, 26 de fevereiro). *A Federação* (Ano XXX, nº 48). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1919, 10 de julho). *A Federação* (Ano XXXVI, nº 160). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1921, 6 de outubro). *A Federação* (Ano XXXVIII, nº 230). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1922, 19 de abril). *A Federação* (Ano XXXIX, nº 91). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1924, 22 de março). *A Federação* (Ano XLI, nº 70). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1927, 21 de dezembro). *A Federação* (Ano XLIV, nº 293). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

A Federação. (1928, 24 de maio). *A Federação* (Ano XLV, nº 119). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

Braido, L. da S., Andrighetto, M. J., Dressler, M., Siqueira, S., da Silveira, R. B., & Ferreira, L. S. (2023). Análise dos movimentos de sentidos na pesquisa em educação. *Revista Brasileira de Educação*, 28, e0087. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280087>

Brasil. (1884, 26 de julho). *Decreto nº 9.251, de 26 de julho de 1884 (Regulamento da Instrução Pública), cap. IX, art. 44*. Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9251-26-julho-1884-543878-publicacaooriginal-54607-pe.html>

Brasil. Ministério dos Negócios do Império. (1885). *Aviso nº 49, de 26 de fevereiro de 1825, que pede informações sobre a instrução pública nas províncias*. In *Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1825*. Imprensa Nacional.

Câmara, P. C. da. (1857, 11 de outubro). *Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul apresentado à Assembleia Legislativa*. Typographia do Mercantil. Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=252263&pagfis=1276>

Carboni, F., & Maestri, M. (2000). *Raízes italianas no Rio Grande do Sul*. UPF.

Caxias do Sul. (1922). *O Brazil*. Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.br>

Chartier, R. (2009). *A história ou a leitura do tempo*. Autêntica.

Conde d'Eu. (1936). *Viagem militar ao Rio Grande do Sul (agosto a novembro de 1865)*. Companhia Editora Nacional.

- Cunha, A. A. P. da. (1866, 31 de outubro). *Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Typographia Porto-Alegrense. Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=252263&pagfis=2529>
- Durkheim, É. (1995). *Da divisão do trabalho social* (A. Cabral, Trad.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1893)
- Faria Filho, L., & Vidal, D. G. (2000). Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 14, 19–34.
- Ferraz, A. M. da S. (1859, 22 de abril). *Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Typographia Porto-Alegrense. Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=252263&pagfis=1560>
- Ferreira, L. S. (2018). Trabalho pedagógico na escola: Do que se fala? *Educação & Realidade*, 43(2), 591–608.
- Ferreira, L. S. (2020a). Discursos em análise na pesquisa em educação: Concepções e materialidades. *Revista Brasileira de Educação*, 25, e250006.
- Ferreira, L. S. (2020b). *Educação profissional e tecnológica no Rio Grande do Sul*. Editora CRV.
- Ferreira, L. S. (2022). Análise dos movimentos de sentidos sobre trabalho pedagógico na pesquisa em educação. *Revista Brasileira de Educação*, 27, e270006.
- Ferreira, L. S. (2025). Análise dos movimentos de sentidos na pesquisa em educação. *Revista Brasileira de Educação*, 30, e300026.
- Galvão, M. A. (1847, 5 de outubro). *Relatório da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Recuperado em 13 de julho de 2025, de http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1847_00001.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2025). *Histórico: Lavras do Sul (RS)*. IBGE Cidades. Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/lavras-do-sul/historico>

Lima, A. (1935). *História popular do Rio Grande do Sul*. Globo.

Lima e Silva, L. A. de. (1846, 1 de março). *Relatório da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Recuperado em 13 de julho de 2025, de http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1846_00001.pdf

Manfredi, S. M. (2002). *Educação profissional no Brasil*. Cortez.

Mello, J. M. F. de. (1872, 11 de março). *Fala dirigida à Assembleia Legislativa pelo Presidente Jeronymo Martiniano Figueira de Mello*. Typographia do Rio-Grandense. Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=252263&pagfis=3865>

Montojos, F. (1949). *Ensino industrial*. MESP/CBAI.

Moraes, J. P. C. de. (1875). *Fala dirigida à Assembleia Legislativa de São Pedro do Rio Grande do Sul na 16ª sessão da Legislatura de 1875*. Typhographia do Rio-Grandense. Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=252263&pagfis=3865>

Moog, V. (2000). *Bandeirantes e pioneiros: Paralelo entre duas culturas*. Graphia. (Obra original publicada em 1950)

Nagle, J. (2001). *Educação e sociedade na Primeira República*. DP&A.

O Paladino – Órgão dos Funcionários Públicos. (1909, 15 de novembro). Ano II, nº 28. Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/>

Porto Alegre. (n.d.). *A Federação*. Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://hemerotecadigital.bn.br>

Porto Alegre. (n.d.). *O Paladino*. Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://hemerotecadigital.bn.br>

Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. (1837). *Lei Provincial nº 14/1837: Lei de Instrução Primária*.

Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS) 1830-1889. (n.d.). Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://hemerotecadigital.bn.br>

Rio Grande do Sul. (1895–1902). *Almanak litterario e estatistico do Rio Grande do Sul*. Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.br>

Rocha, F. de A. P. (1862, 1 de setembro). *Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Typographia do Jornal A Ordem. Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=252263&pagfis=2022>

Santos, A. V. dos, & Vechia, A. (2019). As escolas que construímos: A história de instituições escolares na *Revista Brasileira de História da Educação*. *Revista Brasileira de História da Educação*, 19, e062. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/47235>

Schneider, R. P. (1993). *A instrução pública no Rio Grande do Sul: 1770–1889*. Editora da UFRGS/EST Edições.

Sertorio, J. (1870, 29 de agosto). *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. João Sertório passou a administração da Província ao Exmo. Sr. Dr. João Capistrano de Miranda e Castro*. Typographia do Rio-Grandense. Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=252263&pagfis=3235>

Sinimbu, J. L. V. C. de. (1854, 2 de outubro). *Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Typhographia do Mercantil. Recuperado em 13 de julho de 2025, de <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=252263&pagfis=807>

Soares, M. P., & Silva, P. P. D. da. (1992). *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 1934–1964*. UFRGS.

Teixeira, E. (1992). *Lavras do Sul na bateia do tempo* (Vols. 1–2). Casa de Cultura José Neri.

Werle, F. O. C. (1997). A cidade como fator de diferenciação da rede escolar: Do período imperial à Primeira República. *História da Educação*, 1, 91–97.
<https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30629>

LILIANA SOARES FERREIRA: Graduada em Pedagogia e Letras (Unijuí). Mestre em Educação nas Ciências (Unijuí). Doutora em Educação (UFRGS). Professora Titular do Departamento de Fundamentos da Educação da UFSM. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação (UFSM) e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Públicas (UFSM). Líder do Kairós - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas – UFSM.

E-mail: anaililferreira@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-9717-1476>

Recebido em: 14.01.2025

Aprovado em: 03.06.2025

Publicado em: 16.07.2025

EDITOR-ASSOCIADO RESPONSÁVEL:

Carlos Eduardo Vieira (UFPR)

E-mail: cevieira9@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6168-271X>

RODADAS DE AVALIAÇÃO:

R1: dois convites; dois pareceres recebidos.

R2: dois convites; dois pareceres recebidos.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Ferreira, L. S. (2025). O trabalho pedagógico dos professores no processo de escolarização, entre 1844 e 1910: o caso do atual município de Lavras do Sul – Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de História da Educação*, 25, e380. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e380>

FINANCIAMENTO:

A RBHE conta com apoio da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e do Programa Editorial (Chamada N° 30/2023) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

LICENCIAMENTO:

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).